

SABERES E PRATICAS DA INCLUSÃO: A FORMAÇÃO DOCENTE FRENTE A ALUNOS SURDOS NA EDUCAÇÃO INFANTIL

Essivalda Aguiar¹
Leiliana Rosalia de Sousa²

RESUMO

A educação no Ensino Infantil para crianças surdas nas escolas públicas passa por uma mudança de procedimento e postura tanto dos gestores quanto dos professores. Já se entende que para a ocorrência de uma aprendizagem significativa é necessário que a inclusão aconteça não apenas como forma de socialização, onde as crianças com surdez são inseridas no contexto educacional sem que ocorra aprendizado, apenas para ter contato com outros educandos. O que se busca é a qualidade do ensino para todos. A introdução do propósito da inclusão que traz a abolição da desigualdade e o desenvolvimento intelectual, físico, mental e emocional da criança surda. Para tanto a escola necessita estar apta para receber essa clientela e os professores dispostos a aprender a lidar com as diferenças de maneira que se construa uma escola bilíngue no sentido de domínio da linguagem de sinais através do ensino de LIBRAS, e da língua portuguesa, onde a comunicação entre os educandos, ainda que com surdez, e todo corpo docente e discente aconteça naturalmente. A surdez não é empecilho ao processo de ensino e a inclusão faz da escola um lugar de igualdades.

Palavras chaves: Aprendizagem; Educação; Ensino; Inclusão; Surdez.

ABSTRACT

Education in Early Childhood Education for deaf children in public schools involves a change in the procedure and posture of both managers and teachers. It is already understood that for the occurrence of a meaningful learning it is necessary that the inclusion happens not only as a form of socialization, where children with deafness are inserted in the educational context without learning, only to have contact with other students. What is sought is the quality of teaching for all. The introduction of the purpose of inclusion which brings about the abolition of inequality and the intellectual, physical, mental and emotional development of the deaf child. For this, the school needs to be able to receive such clientele and teachers willing to learn to deal with differences in a way that a bilingual school is built in the sense of mastery of sign language through the teaching of LIBRAS and the Portuguese language, where the communication between the students, even if deaf, and all faculty and students happen naturally. Deafness is not a hindrance to the teaching process and inclusion makes school a place of equality.

Keywords: Learning; Education; Teaching; Inclusion; Deafness.

^{1,2} Acadêmicas do curso de Pedagogia da Faculdades FACETEN. Email: aguiaressivalda@gmail.com; leilanalili148@gmail.com.

INTRODUÇÃO

A discussão deste trabalho gira em torno da educação e do ensino ministrado na escola público às crianças surdas. A surdez que acomete uma parte da população brasileira é um fator de dificuldades de aprendizagem, principalmente por conta dos ouvintes que não conseguem manter uma comunicação com os surdos. A primeira língua do ouvinte é a oral, enquanto a primeira língua do surdo é a de sinais. Com não se complementam não ocorre comunicação satisfatória.

O povo surdo não é uma população incoerente. Eles têm identidade e uma forma muito clara de se comunicar e agregar conhecimentos através da linguagem de sinais, da datilologia, e das experiências cotidianas, portanto, acreditar que são uma povoação sem inteligência é um engano cometido pelos ouvintes e falantes. Barros e Da Hora (2009) criticam a visão dos ouvintes de que ao tratar o surdo como deficiente, incapaz de realizar atividades, de agir sem o auxílio de outros, relega-os a condição de aleijados. Mas a comunidade surda tem se mobilizado ao longo da história para mostrar que o surdo é ativamente produtivo e está se inserindo no mercado de trabalho.

A finalidade deste trabalho é conceituar a surdez e entender a ocorrência dessa problemática na vida cotidiana das famílias. Pretende-se explicar como a escola torna efetiva a inclusão de alunos surdos no convívio escolar na educação infantil. Sempre que uma criança surda entra em contato com outras no ambiente escolar, é comum acontecerem situações constrangedoras entre os educandos como apelidos, palavras pejorativas para designar a surdez do educando. A intenção deste tratado é através de pesquisas realizada em duas escolas municipais de Boa Vista, entender como se prepara uma instituição para promover a igualdade e a abolição das diferenças dentro de sala de aula e fora dela, de maneira que essa ação contribua para o processo ensino-aprendizagem dos alunos surdos inclusos.

A escola que proporciona educação infantil, precisa ter em seu quadro funcional, profissionais que tenham conhecimentos de como se dá a comunicação com os alunos surdos e professores capacitados e com habilidade para proceder com equidade. Vale ressaltar que os professores, via de regra, devem ser bilíngues, pois a primeira linguagem para os surdos é a de sinais. Significa que qualquer tentativa se de diálogo longe dessa verdade é infrutífera e preconceituosa, portanto,

é preciso que na sala de aula o aluno surdo tenha um acompanhamento comum docente que saiba se comunicar com a criança surda.

A problemática reside no fato que a escola em geral não está preparada para receber alunos surdos. Os professores não são especializados na área o que causa desconforto por não saberem como proceder, então, como a escola proporciona aprendizagem significativa para o aluno surdo?

Esse questionamento é parte da discussão que justifica este trabalho, pois na educação infantil os professores elaboram seus planejamentos com o auxílio da coordenação pedagógica. Sem a preocupação de preparar material para alunos surdos. A realidade da necessidade surge diante da classe que tem aluno incluso e no caso em questão, surdo.

Para que o professor possa se preparar é necessário que a escola disponibilize essa informação antes do planejamento inicial do professor que solicita a presença imediata de um colega bilíngue em sua sala de aula. Implica dizer que a instituição deve mudar sua práxis e o professor alterar sua metodologia.

O meio social vê o educando surdo como um deficiente que necessita de ajuda para evoluir. A sociedade tem a inclusão como uma forma de aceitar o outro como membro passivo, ela não percebe que o surdo é capaz de acumular conhecimentos e participar ativamente do meio. Mas a escola muda esse conceito quando devolver para a coletividade o cidadão surdo capacitado para cobrar seus direitos e cumprir com suas obrigações.

A escola e a família ainda não estão preparadas para atuar numa situação em que o educando é surdo, e necessita de ser entendido, compreendido. A instituição escola busca a inclusão, e o faz de forma equivocada promovendo a socialização antes de entender a comunicação. Teoricamente entende que é preciso a capacitação dos professores no conhecimento de LIBRAS e o desenvolvimento da capacidade de comunicação dentro desta mesma linguagem de sinais. Porém, a escola se esquece que o ensino deve acontecer independente da dificuldade de aprendizagem que houver. Enquanto isso a família, pelo excesso de proteção, provoca a exclusão ao tentar manter uma comunicação com a criança surda, a

afasta de outras pessoas. Querendo simplificar a vida da criança, agem como se fossem falantes e dessa forma toda autonomia da criança se torna nula.

É imperativo que, a instituição escolar prontifique-se para fazer do processo educativo um ato inclusivo, e fazendo com que a família seja capaz de tratar a criança com igualdade, de forma respeitosa entendendo que não é ela que precisa aprender a falar, e sim a sociedade que julga e não percebe que ela é que está longe de ser igualitária. A educação de surdos só será igualitária quando a escola se apossar do conhecimento de LIBRAS e dentro dessa linguagem propor técnicas de ensino que possibilitem a equidade do ensino nas diversas modalidades seja ela, Educação Infantil, Ensino Fundamental e Ensino Médio.

O objetivo deste trabalho é analisar as dificuldades encontradas pelo docente na utilização de recursos didáticos para a concretização do ensino a alunos surdos da educação infantil. Para tanto é necessário estudar o processo histórico da inclusão e a legislação vigente. Verificar quais os procedimentos adotados no ensino de LIBRAS na educação infantil.

A metodologia aplicada é o estudo de textos referente ao tema com aprofundamento no uso de LIBRAS no processo de ensino para a efetivação da aprendizagem, para tanto é necessário uma análise documental e legal que enfatizem a linguagem de sinais como fundamental para o desenvolvimento do educando surdo.

Serão realizadas entrevistas que possam apontar a fragilidade da instituição escolar enquanto agente de transformação, e ao mesmo tempo fortalecer o processo de capacitação docente para o domínio da linguagem de sinais (LIBRAS) como ferramenta para a inserção de alunos surdos. O fato de ser surdo-mudo não torna o educando menos capaz de adquirir e construir o conhecimento a partir da sistematização escolar.

SURDEZ

A surdez é uma deficiência no aparelho auditivo que ocorre de forma total ou parcial. É a incapacidade de ouvir. Essa dificuldade contribui para que a pessoa surda não consiga falar, pois o ato de reproduzir sons depende diretamente da audição, não há como espelhar os sons que nunca se ouviu, ainda que estejam

preservados todos os elementos do aparelho fonador. Barros e Da Hora (2009) apontam dentro da história da humanidade que as pessoas surdas eram tratadas como deficientes, incapazes de qualquer desenvolvimento intelectual, um estorvo para a família. Para os autores as pessoas surdas continuam sendo tratadas de forma pejorativa, como se não tivessem capacidade de realizar atividades, sem reconhecimentos de seus direitos por não fazerem parte da sociedade e da cultura ouvinte e falante. A História, enquanto narradora dos acontecimentos, não via o ser humano, via o ineficiente e inábil.

Segundo Barros e Da Hora (2009), a sociedade brasileira, apesar do processo de inclusão proposto que vem ocorrendo nas escolas, ainda vê a pessoa surda como necessitada, digna de constante auxílio, coitadinho e assim, por um sentimento de misericórdia tratam-no como surdinho, mudinho, doentinho. Fortalecem a crença relativa a incapacidade produtiva do surdo e por esse motivo não possam ser autônomos, independentes, terem sua própria cultura, semelhante a uma etnia.

Há uma veridicidade que vem numa crescente relevante e não será emudecida pela ignorância das pessoas ouvintes. A população surda não é um grupo disjunto e sem informação, ou sem ciência de seus direitos e valores, tão pouco desconhece seus deveres – os mesmos que qualquer ouvinte. Há uma tradição, um elemento que unificador entre as pessoas surdas, a sensação de serem vistas como párias, esse pensamento não extingue a existência de um povo surdo que divide histórias em comum, que tem a mesma concepção de mundo. Uma comunidade que não é composta apenas de surdos, mas de ouvintes e familiares, interpretes a amigos, com os mesmos interesses e anseios. De acordo com Strobel (2009, p. 06): "a comunidade surda [...] podem ser associação de surdos, federação de surdos, igrejas e outros". A maior dificuldade do surdo é o preconceito social que exclui, afasta, estigmatiza

HISTÓRIA DO POVO SURDO

A história do povo surdo se confunde com a história das pessoas que nasceram com alguma deficiência física ou retardo mental. Não eram considerados com pessoas que precisavam de cuidados e atenção redobrados, mas, como impossíveis de serem educados. A idade antiga e toda idade média conduzia para

essa verdade, onde não era possível ensinar absolutamente nada a uma pessoa surda, por isso eram igualadas aos com deficiência mental. Mas no final do século XVI, segundo Lacerda (1998) admitia-se que os surdos poderiam aprender mediante técnicas pedagógicas direcionadas.

De acordo com Lacerda (1998) o aprendizado era para que houvesse uma forma de comunicação com os surdos seja por sinais ou por outro tipo de linguagem, dessa forma haveria uma aquisição de conhecimento pelo surdo e, por conseguinte, o desenvolvimento de seu pensamento. Um dos objetivos era ensiná-lo a falar, mas essa era apenas uma das estratégias para se entender o mundo do surdo e promover sua aprendizagem. A escrita exercia função fundamental no processo de ensino.

Os professores de surdos buscavam várias formas de gerar o ensino e para tanto instrumentalizavam técnicas para o desenvolvimento de habilidades nos surdos como leitura labial. A partir desses ensaios surgem duas propostas: o oralismo e o gestualismo. O oralismo foi muito utilizado no Brasil e no mundo. Essa proposta não aceitava que o ato de se comunicar fosse realizado de outra forma que não a fala. Qualquer ação gestual era banida. O uso da fala e da amplificação do som da voz eram as bases do oralismo (SÁ, 2002).

De acordo com Lacerda (1998) no século XVIII, oralistas e gestualistas seguem caminhos opostos de maneira que não há como retroceder. A sociedade oralista exigia que os surdos falassem como os ouvintes, agissem como se nunca tivessem sido surdos se quisessem ser aceitos pela comunidade. Os contrários a esse posicionamento passam a viver quase que na clandestinidade. Os gestualistas observaram que os surdos desenvolveram uma forma de comunicação gestual que lhes assegurava o acesso a informações, conhecimento cultural. Assim configuram-se duas formas diferentes de educação de surdos.

A primeira linguagem de sinais para surdos surgiu na França com o Abade Charles M. De L'Épée, com abordagem gestualista. Ele observou que os surdos se comunicavam com base no canal viso-gestual, então elaborou uma linguagem dentro da linguística do surdo. A linguagem ajuda principalmente as crianças que não deveriam ser expostas a uma aprendizagem dentro da linguagem oral, visto que

sua primeira língua é gestual ainda a única linguagem oferecida era a oral (SKLIAR, 2006).

Na década de 1970, surge uma tendência educacional americana, a comunicação total, onde a criança surda tinha o direito de ser exposta a todo e qualquer tipo de pistas e usar a que melhor lhe convier para desenvolver suas habilidades e de seu interlocutor. Surge uma linguagem de sinais americana, já saturada pelo oralismo que não alterava absolutamente nada na vivência do surdo (SILVA, 2000).

De acordo com Rijo (2009) na década de 1990 surgem dois modelos educacionais para surdos no Brasil ambos contra o oralismo: a Educação Bilingue e a Escola inclusiva. A escola bilíngue contesta o oralismo, pois considera os gestos e a visão essencial para a linguagem dos surdos. Contesta a comunicação total por acreditar no trabalho com a linguagem de sinais, portanto, apenas uma linha.

INCLUSÃO DE SURDOS NA ESCOLA PÚBLICA E LEGISLAÇÃO

O processo educacional relativo às pessoas com deficiência se fortaleceu a partir da Declaração de Salamanca na Espanha em Junho de 1994. Participaram 92 países e 25 organizações internacionais (UNESCO, 1994). Essa Declaração aponta políticas para ações que possibilitem a inclusão de crianças e pessoas com deficiência. A aprendizagem, o apoio, a aceitação das diferenças foram metas a serem alcançadas. Então Salamanca foi um passo em direção a educação inclusiva de qualidade.

Um elemento importante na efetivação das propostas de Salamanca são pais. Todo esforço se torna nulo quando não tem o apoio da família. A atuação dos governos para que ocorra a elevação da qualidade do ensino e como consequência a aprendizagem se tornar mais significativa para todos inclusive para os com deficiência se torna possível com a participação da família, sabendo que ela é a maior interessada no desenvolvimento de seus entes. Por essa razão está posto que:

A educação das crianças com necessidades educativas especiais é uma tarefa compartilhada por pais e por profissionais. Uma atitude positiva por parte dos primeiros favorece a integração social e escolar, mas eles precisam de apoio para assumir as funções de progenitores duma criança

com necessidades especiais. O papel das famílias e dos pais pode ser valorizado se lhes forem transmitidos os esclarecimentos necessários numa linguagem simples e clara, pelo que responder às necessidades de informação e de treino das suas capacidades educativas é tarefa de especial importância, principalmente nos ambientes culturais que carecem duma tradição escolar. Tanto os pais como os educadores podem precisar de apoio e encorajamento para aprenderem a trabalhar em conjunto, como parceiros (UNESCO, 1994, p. 37).

A escola deveria estar preparada para o processo educacional inclusivo. Os profissionais capacitados, mas as atitudes e ações se tornam inábeis e infrutíferas se não encontrarem eco nos lares com a participação dos responsáveis pelo crescimento educacional, social e pessoal das crianças e jovens com surdez.

As questões de inclusão não estão apenas no universo educacional. Ela passa pelo bojo do social (BEHRING, 2006). A ONU (Organização das Nações Unidas) aprova em 2006 a Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência que no Brasil foi legalizada pelo Decreto nº 6.949 de 25 de Agosto de 2009. Este documento mostra a importância do respeito a dignidade da pessoa humana, a autonomia individual das pessoas com deficiência, a liberdade e a independência de cada ser. Chama a atenção para o fim da discriminação, e aponta para a participação efetiva dos incluídos nas decisões da sociedade e o acesso a evolução permitida através da educação além do direito à preservação da identidade.

A Constituição de 1988, é a concretização dos direitos das pessoas com deficiências nos limites mínimos, servem de base para legislações específicas. O art. 6º confirma os direitos sociais para os deficientes como: saúde, educação, moradia, trabalho, segurança, assistência a maternidade e a infância dentre outros elementos de suma importância para o povo. No art. 5º estão garantidos as igualdades de direitos para todos que perante a lei são iguais independente de cor, credo e nacionalidade. As garantias são para todos. Os direitos são para todos.

Os direitos sociais estão inseridos no âmbito dos direitos e garantias fundamentais, ao lado dos direitos individuais e coletivos, da nacionalidade e dos direitos políticos. Enquanto as garantias individuais se inserem, basicamente, nos direitos da personalidade, os direitos sociais asseguram aos indivíduos os benefícios e serviços instituídos pelo Estado (PASSOS apud SIMÕES, 2008, p.67).

A Constituição especificamente nos art. 7º, inciso XXXI, art. 23º, inciso II, art. 24º, inciso XIV, art. 37º, inciso VII, art. 203º incisos IV e V, art. 208 inciso III, art 227º parágrafo 1º, inciso II e parágrafo 2º e, art. 244, manifesta os direitos das pessoas com deficiências e estão inclusos os surdos que são classificados como deficientes auditivos. Não é consenso entre os legisladores o reconhecimento do povo surdo como uma comunidade, apesar das associações e representatividade atual no meio social e político.

No ano 2000 é apresentada a lei Federal nº 10.098 de 19 de dezembro. Esta lei determina que seja responsabilidade do Poder Público promover a abolição de barreiras na comunicação, a constituição de profissionais nas áreas de tradução e interpretação da linguagem de sinais. De acordo com essa lei é da alçada governamental garantir o acesso a informação através de telecomunicações com sons e imagens transmitidas pra surdos/as como rezam os artigos:

Art. 17. O Poder Público promoverá a eliminação de barreiras na comunicação e estabelecerá mecanismos e alternativas técnicas que tornem acessíveis os sistemas de comunicação e sinalização às pessoas portadoras de deficiência sensorial e com dificuldade de comunicação, para garantir-lhes o direito de acesso à informação, à comunicação, ao trabalho, à educação, ao transporte, à cultura, ao esporte e ao lazer.

Art. 18. O Poder Público implementará a formação de profissionais intérpretes de escrita em braile, linguagem de sinais e de guias intérpretes, para facilitar qualquer tipo de comunicação direta à pessoa portadora de deficiência sensorial e com dificuldade de comunicação.

Art. 19. Os serviços de radiodifusão sonora e de sons e imagens adotarão plano de medidas técnicas com o objetivo de permitir o uso da linguagem de sinais ou outra subtitulação, para garantir o direito de acesso à informação às pessoas portadoras de deficiência auditiva, na forma e no prazo previstos em regulamento.

Apesar de ser uma lei moderna, seu cumprimento não ocorre em sua totalidade. Vemos a partir da formação dos professores. Os cursos de graduação não enfatizam a educação especial. A quantidade de horas dessa disciplina não é suficiente para que os futuros professores se sintam seguros ou dispostos a procurar elementos que possam facilitar a aprendizagem dos educandos com surdez ou qualquer outra dificuldade de aprendizagem (EDLER CARVALHO, 2007). O que a lei determina as escolas buscam por iniciativa dos professores e gestores que querem de fato efetivar a educação inclusiva.

Ponderar sobre inclusão referir-se a levar o pensamento para períodos longínquos. A História e a sociedade vigente decidem implicitamente todos os passos do processo educativo de uma nação. A população mundial é multirracial e cada ser humano se adapta aos procedimentos de onde está instalado.

As normas e regras constituídas são para manter a ordem e o desenvolvimento da comunidade, a construção educacional trafega pela mesma linha do tempo. Não se pode esquecer que o homem é capaz de modificar o meio onde vive para melhor acomodar-se, assim pode-se afirmar que se o homem harmoniza-se com o meio ele também transforma esse meio. Dessa maneira o ser humano não se poderia pensar em inclusão sem antes pensar em educação como processo evolutivo, Gadotti (1995) afirma que:

A educação tem importante papel no próprio processo de humanização do homem e de transformação social, embora não se preconize que, sozinha, a educação possa transformar a sociedade. Apontando para as possibilidades da educação, a teoria educacional visa a transformação do homem integral, ao desenvolvimento de suas potencialidades, para torná-lo sujeito de sua própria história e não objeto (GADOTTI, 1995, p. 18).

A inclusão antes de ser uma ação educacional, é um procedimento social, pois a sociedade é a exclusiva e através de ações compartilhadas busca o fortalecimento da inclusão com fins de debelar a exclusão. Incluir está atrelado ao desenvolvimento de instrução sugerida por pensadores que ao longo do tempo se dispôs a pensar em uma sociedade igualitária produzida pela escola até chegar aos dias de hoje.

Na idade antiga ou antiguidade, a inclusão não era um assunto a ser debatido. A sociedade era exclusivista a ponto de haver separação entre as pessoas dependendo de sua condição social. A educação que era ministrada nesse período não se preocupava com críticos ou aceitações. O ensino era imposto. Não havia liberdade para as discussões em sala de aula. O modelo empregado era o grego, ou seja, se espelhavam na perfeição física e mental não havendo qualquer possibilidade de pessoas com alguma limitação física, mental ou psicológica ser parte do processo. De acordo com Edler Carvalho (2004) era uma educação habitual onde todos poderiam num determinado espaço de tempo serem alunos/aprendizes e num dado instante serem professores/educadores.

A educação aos moldes grego na antiguidade foi revolucionária, mas era apenas para os homens livres e fisicamente perfeitos, pois as limitações derivadas do físico ou da alma/espírito não possibilitavam que esses fossem educadores/educandos. Os escravos, pobres, ou guerreiros não podiam aprender por constituírem castas inferiores (EDLER CARVALHO, 2004), assim, para estar entre os excluído não era forçoso apresentar percalços físicos ou psicológicos, satisfazia estar incluídos em uma classe diferente da nobreza grega.

Na atualidade, várias correntes pedagógicas são introduzidas no convívio escolar. Os professores, no entanto, concordam que o ponto focal da educação é a construção do ser humano crítico, que pode contribuir para a sociedade e alterar o curso da própria história sendo ele sujeito ativo no processo educacional. Edler Carvalho (2004) diz o seguinte:

Acreditando que a educação é um ato pedagógico e também político, concordo com a afirmativa de que o traço mais marcante, nas correntes teóricas atuais, no âmbito da educação, é a valorização da pessoa do educando enquanto aprendiz e como ser histórico, político e social, isto é, como cidadão (p. 25)

A pedagogia enquanto portadora da crítica mostra que durante toda história educacional da humanidade pouco de buscou introduzir as pessoas com limitações nos conhecimentos de qualquer área. Não se aceitavam as crianças com necessidades especiais não havia inclusão para elas. Na atualidade a investigação é para devolver todos os anos de incoerência que manteve os limitados em estado de letargia educacional.

A inclusão prima por oportunizar a todos. Não se prende aos programas didáticos, mas se molda as necessidades de aprendizagem dos educados, valorizando a construção do cidadão. É o desafio da educação inclusiva, contextualizar a aprendizagem de forma a alcançar a todos. A inclusão não aceita livros didáticos, mas o sistema brasileiro ainda mantém essa prática. Repudia a organização da escola em séries, entre outras situações que tornam a escola um lugar excludente. Montoan (2004) diz que:

Por tudo isso a inclusão é produto de uma educação plural, democrática e transgressora. Ela provoca uma crise escolar, ou melhor, uma crise de identidade institucional que, por sua vez, abala a identidade dos professores

e faz com que a identidade do aluno se revista de novo significado. O aluno da escola inclusiva é outro sujeito, sem identidade fixada em modelos ideais, permanentes, essenciais (MONTAN, 2004, p. 39)

A escola inclusiva, segundo Montan (2004) não segue os padrões educacionais da integração, nem segue a maneira como se pensa inclusão na atualidade. Deve ocorrer uma quebra de paradigma e o sistema como se apresenta não está capacitado para essa mudança, e assim, se adapta e legisla sobre o tema, mas, não se faz capaz de alterá-lo a ponto de promover inclusão como se deve. A LDBEN (Lei nº9394/96), explicada passo a passo por Brandão (2007), expõe no art. 58, ao se referir a Educação Especial em seus parágrafos:

§ 1º - Haverá, quando necessário, serviços de apoio especializado, na escola regular, para atender às peculiaridades da clientela de educação especial;

§ 2º - O atendimento educacional será feito em classes, escolas ou serviços especializados, sempre que, em função das condições específicas dos alunos, não for possível a sua integração nas classes comuns de ensino regular;

§ 3º - A oferta de educação especial, dever constitucional do Estado, tem início na faixa etária de zero a seis anos, durante a educação infantil (BRANDÃO, 2007, p. 129).

Brandão (2007) acredita que a interpretação para o parágrafo 3º no final seria: "... tem início na faixa etária de zero a seis anos, durante a educação infantil e devendo se estender por toda vida do aluno". Há avanços consideráveis nesta lei, mas ainda se parece com integração e não inclusão, de acordo com o posicionamento de Montan (2004).

UMA ESCOLA EM BUSCA DA EDUCAÇÃO IDEAL

A escola que se cobiça para os tempos atuais é aquela cuja base é a educação de qualidade que possa ser inclusiva, não apenas para a integração, onde os alunos com deficiências, independente de sua especificação, são inseridos em sala de aula junto com os ditos normais, no entanto, o processo de aprendizagem não ocorre para os inclusos. A inclusão é aprendizagem sem julgamento. É desenvolvimento pleno do educando como diz Edler Carvalho (2007):

Uma escola inclusiva não prepara para a vida. Ela é a própria vida ela flui devendo possibilitar, do ponto de vista político, ético e estético, o desenvolvimento da sensibilidade e da capacidade crítica e construtiva dos alunos-cidadãos que nela estão, em qualquer das etapas do fluxo escolar ou das modalidades de atendimento educacional oferecidas (pp, 34/35).

A permanente necessidade de se tornar de fato inclusiva faz da Escola um laboratório de atividades com vistas ao desenvolvimento da educação Bilíngue. Nesse sentido, a instituição educacional expressa sua preocupação com a inclusão de alunos surdos ao propor alterações em sua proposta pedagógica crendo que deve se tornar uma escola não apenas bilíngue mais poli-cultural onde a criança participa da sociedade ouvinte, sabendo que existe uma comunidade surda (QUADROS, 2008).

A escola pública caminha na direção da inclusão, ainda que a passos curtos, na direção da igualdade entre os educandos, pois a escola inclusiva é aquela que tende a tratar todos como iguais ainda que a sociedade, baseada na forma ocidental de ver o mundo, envolta em tradições e costumes, exclua por conta de diferenças físicas, psicológicas, culturais.

Estamos incluídos nesta sociedade humana pelo princípio da identidade, mas podemos ser excluídos pelo princípio da diversidade. Aí reside a nossa contradição. Temos de discutir a inclusão, porque há uma sociedade excludente, que dicotomiza identidade e diversidade. (LIMA, 2006, p. 20)

A sala de aula é o local exato para a contestação constante a cerca da inclusão. É nela que o profissional da educação promove a liberdade dos educandos para pensar e discutir seus pontos mais elementares. A sala de aula é o núcleo das ações pedagógicas. A escola não seria a sistematizadora do conhecimento adquirido historicamente se não acreditasse que a sala de aula é onde se constrói uma educação para a vida, um cidadão que respeita e aceita as diferenças entre as pessoas.

EDUCAÇÃO DE SURDOS: A AQUISIÇÃO DA LINGUAGEM

O fato de ser surdo não significa que não há comunicação, não significa que não há aprendizado. A surdez não limita a inteligência. Esse fato deveria ser o bastante para que se institísse uma educação para surdos baseada no bilinguismo.

Não é uma proposta nova, mas é uma forma de iniciar um processo de inclusão que de fato aconteça, não apenas a introdução do educando com deficiência auditiva numa sala de alunos falantes, com professor falante, sem a preparação adequada para a tarefa de educar e ensinar. Com relação a educação bilíngue, Quadro (2008) diz:

O bilinguismo É uma proposta de ensino usada por escolas que se propõem a tornar acessível à criança duas línguas no contexto escolar. Os estudos têm apontado para essa proposta como sendo mais adequada pra o ensino de crianças surdas, tendo em vista que considera a língua de sinais como língua natural e parte desse pressuposto para o ensino da língua escrita (p. 27).

A educação bilíngue dá à criança a possibilidade de acréscimo de conhecimento, pois, está em contato com duas formas de linguagem, a de sinais (primeira linguagem) e uma segunda língua de acordo com a proposta da escola em questão.

PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

A preparação deste artigo empregou procedimentos habitualmente usados em pesquisas como: pesquisas bibliográficas e entrevistas, no entanto é indispensável concordar com Oliveira (2003) ao conceituar metodologia:

A metodologia engloba todos os passos realizados para a construção do trabalho científico, que vai desde a escolha dos procedimentos para a obtenção de dados, perpassa a identificação do (os) método (os), técnica (as), materiais, instrumento de pesquisa e definição d amostra/universo, até a categorização e análise dos dados coletados (2003, p. 51).

Para que este trabalho se tornasse de cunho científico e efetivamente cumprisse seu objetivo foi realizada uma averiguação empregando as seguintes precedências metodológicas:

- Investigação literária (pesquisa bibliográfica);
- Entrevistas.

Investigação Literária

A leitura de bibliografias especializadas é capital para a constituição do argumento cuja finalidade é discutir a inclusão de surdos e seu desenvolvimento em classes normais. A conceituação e a acrescimento do conhecimento só são possíveis mediante análise de textos referentes ao tema seguindo as orientações Souza (2001):

Todo e qualquer trabalho acadêmico requer um prévio conhecimento sobre os livros, artigos de periódicos científicos e técnicos, artigo de periódicos de divulgação, etc., escritos a cerca do tema que se explorado e apresentados de modo impresso, eletrônico, inclusive na internet (www). E esse conhecimento prévio é importante por alguns dos seguintes motivos: a) permite conhecer quem está estudando o tema, onde o estuda e sob quais abordagens; b) permite conhecer os periódicos que se dedicam ao tema, como seu assunto principal ou não; c) permite conhecer a quantidade de textos produzidos sobre o tema; d) permite verificar que novas abordagens porão ser realizadas (2001, p. 59).

A disponibilidade do material literário que torna a argumentação verdadeira constitui fator preponderante, apesar das margens deixadas para a construção de uma nova possibilidade argumentativa, pois, não se esgotam as discussões relativas ao processo de ensino para a efetivação da aprendizagem na educação especial.

Pesquisa por entrevistas

A pesquisa através de entrevistas faz parte de uma análise quantitativa e qualitativa. Não busca medir o sucesso ou o fracasso de um ofício, não tenciona projetar o futuro, mas sugere implicitamente um avanço no processo, apesar de Santos (2005, p. 57) não mencionar essa sutileza. Ele diz: “Existem dois métodos de pesquisa [...] Quantitativo: voltado para dados mensuráveis, por meio de recursos e técnicas, como questionários e entrevistas, entre outros”.

Por se tratar de um número pequeno de elementos envolvidos, a quantificação não produz efeito, mas as entrevistas resumidas no trabalho com se fora relatórios, determina a possibilidade de melhoria na atuação pedagógica dentro da instituição escolar.

Instrumento de coleta

Para a pesquisa nas escolas Municipais (duas escolas de educação infantil), foram realizadas entrevistas de cunho pedagógico. A coordenação pedagógica (CP) e um professor de sala inclusa de cada escola foram ouvidos. Cabe ressaltar a importância da Coordenação Pedagógica que dispõe das informações, cruciais para o acompanhamento e desenvolvimento das atividades.

Condição das Entrevistas

As entrevistas foram conduzidas pela cursista Essivalda Aguiar (EA) e respondida por uma professora de sala inclusa (PS) e pela Coordenação Pedagógica (CP) da Escola Municipal Tia Linda.

Os processos de inclusão dos alunos surdos na escola pública em Boa Vista – RR: analisando as entrevistas.

Dois a três parágrafos apresentando o capítulo. Introduzindo a análise das entrevistas.

ESCOLA MUNICIPAL TIA LINDA

EA – possui quantas salas de aula com alunos surdos inclusos?

CP – A escola conta hoje com quatro salas com alunos surdos. Vale ressaltar que há apenas um aluno incluso por sala. A legislação recomenda que haja apenas um aluno incluso e que nessa sala a quantidade de alunos seja de apenas 22 educandos.

Análise:

Na Educação brasileira havia escolas especiais para os estudantes com necessidades educacionais especiais. Eram instituições especializadas que tratavam exclusivamente de deficientes. Mas no ano de 2006 o MEC (ministério da Educação) extinguiu essas escolas especiais e com base na Lei 9.394/96 (Lei de Diretrizes e Bases da Educação – LDB) determinou que a educação especial fosse oferecida na rede regular de ensino.

Ao disponibilizar salas do ensino regular para que ocorra a inclusão de alunos com deficiência, e neste caso surdos, a escola se faz partícipe da lei Federal nº 10.098 de 19 de dezembro que responsabiliza o Poder Público pela promoção e abolição de barreiras na comunicação e a garantia de acesso a informação através de telecomunicações com sons e imagens transmitidas para surdos/as.

EA – Os professores dessas salas com alunos surdos são capacitados para a comunicação com os referidos alunos?

CP – No ato da contratação, não é solicitado ao professor que saiba a linguagem de sinais. Significa que nem todos os professores são capacitados para o trato com alunos surdos. Podemos dizer que no momento esta escola tem esse profissional. É o professor bilíngue.

PS – temos os interpretes que atuam diretamente em sala junto com o professor. Vale ressaltar que eles usam linguagem de sinais, mas não são interpretes.

Análise:

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Brasileira (LDB, nº 9394/1996) estabelece que os sistemas de ensino, deverão assegurar, principalmente, professores especializados ou devidamente capacitados, que possam atuar com qualquer pessoa especial na sala de aula.

Os estabelecimentos de ensino devem garantir professores especializados ou devidamente capacitados para trabalhar com crianças com deficiência auditiva na sala de aula. Ele deve ser responsável por mediar e estimular a construção do conhecimento da criança com deficiência auditiva, por meio da sua interação com as crianças ouvintes e do desenvolvimento de estratégias pedagógicas que possam ajudar em suas necessidades. Assim, vivenciaremos uma verdadeira inclusão dos surdos em uma sociedade escolar, tendo em vista que as escolas brasileiras têm em seu Currículo o Ensino de Línguas Estrangeiras, nesse sentido cabe aos municípios incluírem em seu Currículo Escolar o ensino da Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS) como Competência Curricular, já que a mesma é reconhecida como a segunda língua oficial do Brasil.

EA - O professor da sala de aula utiliza o auxílio do intérprete para se comunicar com o aluno surdo?

CP - O professor da sala é auxiliado pelo intérprete que faz uso de LIBRAS para transmitir ao aluno surdo. O professor titular, apesar de teoricamente ter noções de LIBRAS adquiridos na formação básica, necessita da atuação do intérprete.

PS – As crianças surdas têm o direito de ter um intérprete para que elas aprendam. Vale afirmar, que a educação infantil municipal de Boa Vista é pioneira no ensino com professores de LIBRAS no Brasil. Inclusive temos professores de Braille para crianças cegas. Estamos na frente nesse quesito.

Análise

Considerando a realidade das escolas brasileiras, em que estão matriculados alunos surdos em diferentes níveis de escolarização, seria impossível garantir o acesso e a permanência na escola sem observar a presença de intérpretes de língua de sinais (QUADROS, 2007).

Não basta garantir o direito de educação ao aluno surdo, é preciso dar condições para que esse aluno seja incluído no ambiente escolar. O direito a educação está estritamente ligado a especialistas que possam facilitar o processo ensino aprendizagem na sala de aula, há recursos que possam melhorar a interação desse aluno com a comunidade escolar em que ele está inserido, de forma que ele não se sinta excluído.

EA – Além dos professores, há outros profissionais capacitados para atender os alunos surdos?

CP – Há os professores titulares e os professores bilíngues. Nas falta desses não há outros. Apesar de termos o profissional da sala do AEE (atendimento educacional especializado) com conhecimento básico de LIBRAS, outros como: assistente de alunos, merendeira, serviços gerais, se é a esse profissional que você se refere, nós não temos.

PS – Temos todos os ambientes identificados, todas as salas, porém, não temos todo o corpo qualificado para atendimento de surdos.

Análise

A falta de profissionais que possam garantir em sua totalidade a inclusão de alunos surdos faz da formação continuada para profissionais de educação que não sejam professores, na área de LIBRAS, a solução para a falta de pessoal de apoio. É necessário a criação de legislação que propiciem o aumento de especialistas em linguagem de sinais.

EA – Quais as principais dificuldades de integrar alunos surdos e ouvintes?

PC – A principal dificuldade está voltada para LIBRAS. Geralmente as crianças chegam com dificuldades imensas de comunicação, pois são oralizadas em suas casas. Os pais desconhecem LIBRAS, acreditam erroneamente que ao falar alto iram ajudar a criança a entender. Juntam o ato de falar alto com alguns gestos e assim realizam a comunicação, ainda que rudimentar. Na escola, o processo educacional torna-se sistematizado, a criança vai aprendendo associações de palavras com imagens e sinais. O processo é visual/sinal. Para cada imagem apresentada há um sinal a ser associado e uma palavra a ser escrita.

PS - A interação ocorre quando os alunos ouvintes utilizam a mesma linguagem de sinais mais usada no cotidiano, pois tanto o ouvinte quanto o surdo tem contato com o professor bilíngue. No intervalo durante as brincadeiras do recreio, a interação é intensificada devido a alegria dos brinquedos que não diferencia surdo de ouvinte. É a verdadeira inclusão.

Análise

A escola busca uma preparação e está se aparelhando para o convívio com crianças surdas. A família ainda não esta preparada para atuar numa situação em que o filho é surdo, e necessita de ser entendido, compreendido. A instituição escola busca a inclusão, e o faz de forma equivocada promovendo a socialização e de forma correta com a participação da criança em todas as atividades, visto que há a figura do professor bilíngue e do interprete presente. A família se esquece de que a

aprendizagem deve acontecer independente da dificuldade de aprendizagem que houver. Enquanto isso se peca, pelo excesso de proteção que provoca a exclusão ao tentar manter uma comunicação com a criança surda, afasta-a de outras pessoas. Querendo simplificar a vida da criança, age como se fosse falante e dessa forma toda autonomia dela se torna nula.

A LIBRAS é a comunicação através de sinais, que também podem ser acompanhados de expressões faciais, pode-se dizer que utiliza a linguagem não oral. Assim sendo, a comunicação é um elemento essencial para o homem, seja através da voz ou através do próprio corpo sem utilizar os sons. Brito et al (1997, p. 19) destaca a diferença entre estas duas línguas: as línguas de sinais distinguem-se das línguas orais porque se utilizam de um método canal visual-espacial e não oral-auditiva. Assim, articulam-se espacialmente e são percebidas visualmente, ou seja, usam o espaço e as dimensões que oferece nas constituições de seus mecanismos, fonológico, morfológico, sintático.

Na educação infantil, destaca-se que o ensino de LIBRAS dá oportunidades à criança surda de se comunicar e aprender, assim como a criança ouvinte, não somente na escola, mas em qualquer lugar. O processo de aprendizagem pode ser mais lento/gradativo, mas há evolução. Portanto, o ensino de LIBRAS não deve ser voltado somente aos alunos surdos, mas também aos ouvintes, para que haja interação entre eles, afinal é a segunda língua oficial brasileira.

EA – Quais os principais problemas de ensino e aprendizagem dos surdos?

PC – O principal problema é semelhante a interação. O desconhecimento da linguagem de sinais. Se a criança não sabe, ela não se comunica. Se comparar o processo de aprendizagem entre o surdo e o ouvinte, se verá que o aluno surdo tem maior dificuldade.

PS – O aluno ouvinte diz onde está a sua dificuldade, enquanto que o surdo se quer consegue identificar o que se está ensinando. Ele não consegue se comunicar e o professor não domina totalmente os sinais, então essa situação dificulta o processo de ensino para a aprendizagem.

PC – na escola o processo de ensino para a aprendizagem se inicia com LIBRAS. Como não sabem demonstrar os elementos básicos de convivência, o processo se inicia com o ensino das palavras que abrem portas como:

Por favor;

Obrigado;

Com licença;

Desculpe-me.

Na escola eles aprendem os sinais. Em suas casas eles aprendem gestos que invariavelmente não condizem com o que de fato querem representar. Eles não sabem ser gratos. Fazem na escola o mesmo que ocorrem sem suas casas. Daí se entende que a aprendizagem é diferenciada e mais complexa.

PS – Tudo tem que ser adaptado. Desde os livros até as atividades. É como ensinar um novo idioma. Desconstruir o que se fazia em suas casas e reconstruir de acordo com a língua materna. É preciso ensinar o português e a linguagem de sinais. Dois idiomas ao mesmo tempo. É difícil, principalmente por ser educação infantil.

Análise

A linguagem de sinais não é uma realidade para todas as pessoas do ambiente escolar, mas esse fato não reduz ou provoca alteração no tratamento com os alunos, pois nessas condições, os ouvintes é que possuem limitações por não conhecer os sinais que são característicos da Comunicação de surdos. Vale ressaltar que os estudantes surdos não têm retardo mental, apenas dificuldade na maneira como acontece a comunicação. Segundo BREGA (2009, p. 2):

Muitas das pessoas que não possuem deficiência auditiva consideram a linguagem de sinais uma linguagem frívola e também consideram as pessoas portadoras de deficiência auditiva intelectualmente inferiores ou menos interessantes, assim não despertam interesse em aprender a linguagem de sinais e superar essa barreira na comunicação.

A sociedade ouvinte não está pronta para lidar com a surdez. Acreditam se tratar de uma deficiência que limita o pensar. Para alterar esse pensamento seria preciso que os ouvintes compreendessem a linguagem de sinais que é a primeira

língua para o surdo. Assim como a linguagem oral é a representação cultural do povo ouvinte, da mesma forma a Linguagem de sinais representa a cultura do povo surdo como diz Sacks (2010, p. 105): “A língua de sinais é para os surdos uma adaptação única a um outro modo sensorial; mas é também uma corporificação da identidade pessoal e cultural dessas pessoas”.

EA – Inserção de alunos surdos no convívio com ouvintes em âmbito escolar modifica o processo de ensino?

CP – Na verdade não pode modificar. O professor é quem tem que encontrar mecanismos que de forma adaptada possa dar a mesma aula para ouvintes e surdos. O surdo é inteligente só não sabe falar. Os ouvintes também necessita aprender LIBRAS para melhorar o convívio. A escola tem um projeto em que as atividades são voltadas para todos os alunos. Os surdos e os ouvintes necessitam entenderem LIBRAS para desenvolvê-lo. Dessa maneira ambos participam e aprendem.

Análise

A presença de professores bilíngues nas salas com alunos surdos torna o trabalho pedagógico dinâmico para todos os alunos não apenas para os surdos. Por analogia alguns educandos aprendem a linguagem de sinais o que os qualifica para dialogar com os colegas não ouvintes. O professor bilíngue planeja junto com o professor da sala normal e com a equipe multidisciplinar do atendimento AEE, para que possa desenvolver a didática exata para a aprendizagem do estudante com surdez.

EA – Como acontece a avaliação da aprendizagem com os alunos surdos?

CP – Da mesma forma que ocorre na educação infantil. Não há diferença. O professor faz observações do processo de interação e conhecimento das letras e palavras. O diferencial é que o surdo responde através de sinais. Implica dizer que aprendem mais rápido já que são estimulados a aprenderem dois idiomas.

PO – A avaliação é apenas de observação. Não há mensuração. Não se atribui um valor numérico ao que se construiu junto com os alunos, mas, o professor entende que há a necessidade do educando desenvolver a leitura, a escrita, e a convivência social. Esses fatores são observados e relatados em documento.

EA – As famílias que desconhecem a LIBRAS necessitam de acompanhamento e familiaridade com os sinais. Como a escola pode contribuir nesse processo?

CP – a escola tem o projeto: musica que canta e encanta. Nesse projeto a família, os alunos, os professores aprendem LIBRAS através de musicas simples. Esse projeto tem ajudado bastante as famílias na comunicação com as crianças. Ainda há resistência por parte de alguns pais, porém, em sua grande maioria há aceitação. Dentro do projeto estão as oficinas de LIBRAS para os pais.

Análise

Diante de uma criança com surdez os pais não aceitam o fato de que seu filho necessita de cuidados e de aprendizagem diferenciados. A linguagem a ser utilizada não é aquela que se anuncia pelo uso vocal, nem o aumento da entonação vocal fará criança ouvir, portanto, é preciso enfrentar a problemática percebendo que a primeira linguagem dessa criança são sinais e imagens. A falta de acompanhamento estatal faz dos pais e da criança as primeiras vítimas do despreparo social:

Os Surdos, filhos de pais ouvintes, esses são os mais desfavorecidos pela cultura. Os pais, ouvintes, na sua quase totalidade, não conhecem a cultura Surda e não aceitam o fato de os filhos poderem utilizar uma outra língua, que não seja a da sua tradição, semelhança e cultura, tornando-se reféns dos modelos e políticas de reabilitação e normalização. (LONGMAN, 2007, p. 20)

A opressão e o preconceito construídos no lar, muitas vezes por medo dos pais e por falta de aceitação, faz com que a ideologia ouvinte mascare a dificuldade na comunicação dentro da família. É preciso então, políticas públicas de acesso ao conhecimento para os pais, relacionada à linguagem de sinais. Dessa forma se percebe e se encontram produções culturais para surdos que confirmem sua identidade cultural abrindo ingresso aos serviços disponíveis como educação, saúde, lazer.

A participação da família é de fundamental importância para o processo de aprendizagem desses alunos. A responsabilidade é compartilhada. Chalita (2001, p. 120) diz que: “a responsabilidade de educar não é apenas da escola, é de toda a sociedade, a começar pela família”.

EA – Quais as estratégias usadas pelo professor no processo de alfabetização dos alunos com surdez?

PO - Na educação infantil não tem alfabetização ainda. Nós trabalhamos como conhecimento das letras, junção das sílabas. Utilizamos imagens e sons>os alunos surdos veem as imagens que são relacionadas com os sinais e associadas as letras e palavras. Os ouvintes veem as imagens, escutam os sons e fazem as mesmas associações. Como a escola tem até o 2º período busca-se o ensino das letras e da sílabação. Assim ao chegar no período seguinte (alfabetização) a aprendizagem da leitura se torna mais eficaz, tanto para ouvintes , quanto para surdos.

EA – A datilologia dos alunos surdos que se comunicam por sinais é compatível com a LIBRAS?

PO - As crianças ao chegarem à escola não conhecem sinal algum. Sua comunicação ocorre geralmente por vibrações realizadas pelos pais e interpretadas pelas crianças devido ao movimento da boca e das mãos. Elas na educação infantil estão em processo de aprendizagem de LIBRAS junto com os pais. A datilologia não é semelhante a LIBRAS.

ESCOLA MUNICIPAL FRANCISCO BRÍGLIA

A entrevista ocorreu na sala da Coordenação Pedagógica. Participaram a Coordenadora Pedagógica (CP) e uma professora da sala inclusa (PI).

Para professora da sala inclusa.

EA – Com acontece a comunicação entre o professor e o aluno surdo na educação infantil?

PI – A comunicação acontece quando existe a figura do professor bilíngue, e ocorre através de sinas. LIBRAS.

EA – O processo de alteração da das linguagens de gestos para LIBRAS segue uma metodologia? Como ocorre?

PI – Sim. Com a aplicação de atividades xerocopiadas onde é especificada a significação de cada figura e sua representação em sinais.

EA – Inserção de alunos surdos no convívio com ouvintes em âmbito escolar modifica o processo de ensino?

PI – Não.

EA – Como acontece a avaliação da aprendizagem com os alunos surdos?

PI – A Avaliação acontece pela observação e o uso de sinais de LIBRAS. Se o educando entende a correspondência entre as imagens e os sinais que ele expressa no ato de se comunicar, então está apto par o próximo nível.

EA – As famílias que desconhecem a LIBRAS necessitam de acompanhamento e familiaridade com os sinais. Como a escola pode contribuir nesse processo?

PI – As famílias geralmente não trabalham a língua de sinais em casa e isso atrapalha o ensino e a aprendizagem da criança. A escola contribui cobrando a participação da família. Não há um projeto onde a família esteja incluída para aprender LIBRAS.

EA – Quais as estratégias usadas pelo professor no processo de alfabetização dos alunos com surdez?

PI – Trabalha tudo na linguagem de sinais.

EA – Qual a metodologia usada pelo professor no ensino de LIBRAS na educação infantil?

CP – Não existe metodologia, porque o professor da sala de aula não fala a linguagem de sinais.

EA – Os professores são qualificados para trabalhar com alunos com deficiência auditiva?

CP – Não, porque necessitam de um professor auxiliar que conheça a Língua dos sinais.

EA – Quais são os profissionais capacitados para trabalharem no atendimento a alunos surdos?

CP – Quando houver serão apenas os professores bilíngues.

EA – Quais as principais dificuldades de integrar alunos surdos e ouvintes?

CP – Estrutura física; Material didático adaptado; pouco conhecimento da Língua de Sinais (LIBRAS) por parte dos professores titulares.

EA – Quais os principais problemas de ensino e aprendizagem dos surdos? São semelhantes aos dos ouvintes?

CP – A comunicação. Os problemas são distintos.

A escola Municipal Francisco Briglia possui apenas um aluno com surdez na educação infantil. Ainda está fase de formação de uma equipe que possa trabalhar com o educando. Apesar do conhecimento da legislação, e de saber das teorias que podem contribuir com o desenvolvimento deste educando, não consegue realizar a inclusão com sucesso. A integração tem sido o caminho a ser seguido. Não há aparente aprendizagem, mas uma expectativa de que algumas atividades podem ser realizadas pelo educando.

A família não busca a concretização dos direitos do estudante de aprender, de ter um intérprete e aulas bilíngues. A profissional que acompanha o aluno está aprendendo a língua de Sinais (LIBRAS), mas ainda não consegue se comunicar.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A escola é o local onde a exclusão é excluída. A educação como se encontra na atualidade, após os avanços contidos nos documentos Declaração de Salamanca (1994), Declaração de Jomtien (1990), a LDBEN (Lei 9394/96) em que se encontra escrita e descrita a igualdade de uma educação de qualidade para todos. Uma escola onde as crianças estejam todas unidas em um único espaço, inclusas e respeitando as diferenças. Nesse modelo de escola que se busca, a não aceitação que os ditos normais expressam para com os que possuem limitações ou deficiências não encontra eco, pois ela é inclusiva e busca a igualdade entre os alunos e procura uma maneira de dar a todos a oportunidade de dividir seus saberes, e a partir dessas informações efetivar a aprendizagem. A escola pretendida é inclusiva mesmo que a sociedade exclua por conta de diferenças físicas, psicológicas, culturais.

A escola que se ambiciona na contemporaneidade é aquela fundamentada na educação de qualidade que seja inclusiva e não somente integradora onde os educandos com necessidades especiais são postos em uma mesma sala de aula com os chamados “normais”, sem, contudo obter aprendizagem. A inclusão é aprendizagem sem ponderação, sem circunspeção. É desenvolvimento integral do educando.

Seguindo a observação legal de acordo com a Constituição Federal de 1988 e atendendo ao que determina o art.205, inc. III, que afirma ser uma obrigação do Estado (poder público) garantir atendimento educacional especializado preferencialmente na rede pública regular de ensino aos que dele necessitam, pode-se afirmar mediante as entrevistas e o trabalho realizado pela Escola Municipal Tia Linda, localizada na periferia de Boa Vista-RR, a cerca do processo de inclusão de crianças surdas na educação infantil, com efetiva participação dos pais na aquisição

de conhecimentos relativos a comunicação através de Sinais (LIBRAS), que esta instituição cumpre a função a ela designada.

A formação continuada dos professores com vistas ao aperfeiçoamento da comunicação visual e da linguagem de sinais. A presença dos interpretes no processo de ensino para o favorecimento da aprendizagem dos educandos. O convite aos pais para se familiarizar com a LIBRAS, torna a escola um referencial de sucesso na ação permanente de inclusão de surdos. Implica dizer que tal entidade educacional contempla em si os elementos necessários para o fortalecimento da educação bilíngue disponível à todos os educandos.

As escolas entrevistadas caminham em direção à inclusão. A velocidade de ambos é o diferencial. Enquanto uma está no processo de construção permanente da inclusão, do ensino de LIBRAS, do diálogo com o ensino para a aprendizagem dos educandos surdos, a outra ainda está se estruturando. Demonstra que o poder público Municipal de Boa Vista já procura inserir no cotidiano escolar a figura do professor/a bilíngue e do interprete de LIBRAS. Implica dizer que o ensino municipal que atual na Educação Infantil, tenciona promover a capacitação de toda equipe escolar para atender a comunidade surda e promover os estudantes que tenham a capacidade de progredir nas séries iniciais do Ensino Fundamental. Resta ao sistema educacional estadual de Roraima estar pronto para receber essa clientela que produz conhecimento, apesar das dificuldades físicas, no caso dos surdos.

A família e a escola compartilham o dever de construir a cidadania, não apenas dos alunos inclusos, mas de todos. Não se pode dizer que há igualdade, se para os alunos com dificuldades de aprendizagem o tratamento é diferenciado a ponto de se tornar privilégios para esses. É necessário que todos os estudantes tenham oportunidades iguais e meios iguais para desenvolver suas potencialidades e se tornarem conscientes de suas obrigações e direitos.

REFERENCIAS

BARROS, Jozibel Pereira e DA HORA, Mariana Marques. **Pessoas Surdas: Direitos, Políticas Sociais e Serviço Social**. Universidade Federal de Pernambuco. Centro de Ciências Sociais Aplicadas. Departamento de Serviço Social. Recife: UFPE, 2009.

BEHRING, Elaine Rossetti. Fundamentos de Política Social. In: **Revista Serviço Social e Saúde: Formação e Trabalho Profissional**. Rio de Janeiro: UERJ, 2006.

BRANDÃO, C. F. **LDB passo a passo**: Lei de diretrizes e bases da educação nacional (Lei nº 9.394/96), comentada e interpretada artigo por artigo. São Paulo: Avercamp, 2007.

BRASIL. **Constituição da Republica Federativa do Brasil** de 1988 (18.ed.). São Paulo, Brasil:Saraiva. 1998.

_____. **Lei nº 10.098**, de 19 de dezembro de 2000.

BREGA, Jose Remo Ferreira(et al.). **UM SISTEMA INTERPRETADOR PARA DATILOLOGIA COM SAÍDA TRIDIMENSIONAL**. Laboratório de Sistemas de Tempo Real (LSTR) - Departamento de Computação (DCo) - Universidade Estadual Paulista (Unesp) - Bauru - SP – Brasil, 2009.

BRITO, L. F. et al. **Língua Brasileira de Sinais**. Brasília: Seesp, 1997. Disponível em: <<http://www.dominipublico.gov.br/download/texto/me002297.pdf>>. Acesso em: 25 abr. 2018.

EDLER CARVALHO, R. **Educação Inclusiva: com os pingos nos “is”**. Porto Alegre: Mediação, 2004.

GADOTTI. M. **Historias das idéias pedagógicas**. São Paulo. Ática, 1995.

LACERDA, Cristina. **Um pouco da história das diferentes abordagens na educação dos surdos**. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-32621998000300007&lng=pt&nrm=iso&tlng=pt>. Acessado em: 09 de setembro de 2018.

LIMA, P.A. **Educação inclusiva e igualdade social**. São Paulo: Avercamp, 2006.

MANTOAN, M. T. E. **O direito de ser sendo diferente na escola.** Ciências e Letras. Porto Alegre. n 36. dez , 2004.

OLIVEIRA, Maria Marly de. **Como fazer: projetos, relatórios, monografias, dissertações e teses.** RJ: Bagaço, 2003.

RIJO, Marcos. **A Inclusão de Alunos Surdos nas Escolas Públicas de Passo Fundo.** Instituto Federal do Mato Grosso. Cuiabá - MT, 2009.

SÁ, Nídia Regina Limeira. **Cultura, poder e educação de surdos.** Manaus: Editora da universidade federal do amazonas, 2002.

SACKS, Oliver: **Vendo vozes: uma viagem ao mundo dos surdos.** Tradução Laura Teixeira Motta. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.

SANTOS, Clóvis Roberto dos. **TCC, dissertação, tese.** São Paulo: Avercamp, 2005.

SILVA, Angélica. **O aluno surdo na escola regular: imagem e ação do professor.** Disponível em: <<http://libdigi.unicamp.br/document/?code=vtls000276979>>. Acessado em: 20 de Agosto de 2018.

SKLIAR, Carlos. et al. **Educação & Exclusão: Abordagens sócio-antropológicas em educação especial.** 5.ed. Porto Alegre: Mediação, 2006.

SOUZA, Francisco das Chagas. **Escrevendo e normatizando trabalhos acadêmicos; um guia metodológico.** Florianópolis: UFSC, 2001.

STROBEL, Karin. **Historia da Educação de Surdos.** UFSC-Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis: UFSC, 2009.

QUADROS, Ronice Müller de . **Educação de surdos: a aquisição da linguagem.** Porto Alegre: Artmed, 2008.

UNESCO. **Declaração de Salamanca.** Salamanca. Espanha, 1994.

UNESCO. Organização as Nações Unidas para a Educação, a Ciência a e Cultura. **Declaração de Jomtien.** Tailândia, 1990. Disponível em: <[Declaração%20-%20jomtien%20-%20tailandia.pdf](#)>. Acesso em; out. 2018.